



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL - CAOP/DIREX/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Escola Homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para ministrar curso de formação de pilotos visando à qualificação de 10 (dez) Policiais Federais para a obtenção de Licença de Piloto Comercial de Avião (PCA) com habilitação em voo por instrumentos (IFR) e habilitação em aeronaves multimotores (MLTE) de acordo com as exigências no regulamento RBAC nº 61 7385980 [ANAC | RBAC nº 61 EMENDA nº 07 - LICENÇAS, HABILITAÇÕES E CERTIFICADOS PARA PILOTOS. \(SUBPARTE E - LICENÇA DE PILOTO COMERCIAL 61.91 - 61.105\).](#) [ANAC | INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS nº 61-002 REVISÃO D. \(Manual do Curso Prático de Voo por Instrumentos - IFR\); RBAC-141; ANAC | Manual do Piloto Comercial; Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 091.7385986, no item 91.957, \(RBHA Nº 91\), subparte K – Operações Aéreas de Segurança Pública e/ou Defesa Civil e exigências estabelecidas neste instrumento.](#)

GRUPO 1	ITEM	MÓDULO CURSO TEÓRICO PCA/IFR	A	B	C	D
			Preço Médio Unitário	Quantidade Necessária por piloto	Quantidade Necessária Total B X 8	PREÇO MÉDIO C x A
	01	Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR /MLTE) Modalidade: EaD Conteúdo: Piloto Comercial – Avião: preparação e atividade; Matemática; Física; Segurança de voo; Inglês Técnico; A Aviação Civil; Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita; Regulamentação da Aviação Civil; Regulamentação da Profissão de Aeronauta; Instrução Aeromédica; Conhecimentos Técnicos de Aeronaves; Meteorologia; Teoria de Voo; Regulamentos de Tráfego Aéreo; e Navegação Aérea Carga Horária: 320 horas/aula Incluso o fornecimento do material didático necessário, relativo às disciplinas a serem ministradas.	R\$ 2.000,00	1	*8	R\$ 16.000,
	ITEM	MÓDULOS CURSO PRÁTICO PCA/MULTI/IFR	Preço Médio Unitário	Quantidade Necessária por piloto	Quantidade Necessária Total B X 10	PREÇO MÉDIO C x A
	02	Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE (Groundschool)	R\$ 170,00	3	30	R\$ 5.100,0
	03	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos VFR (Diurno e Noturno)	R\$ 500,63	79	790	R\$ 395.495
	04	Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR	R\$ 1.569,75	14	140	R\$ 219.765
	05	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução IFR pela ANAC	R\$ 618,83	14	140	R\$ 86.636,
	06	Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR	R\$ 165,00	25	250	R\$ 41.250,
	07	Custos Administrativos** (GRUs ANAC, taxa de examinadores em <i>check</i> de voo e taxa de matrícula para o curso prático PCA/IFR/MLTE,)	R\$ 390,00	1	10	R\$ 3.900,0

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 768.147,11

* A formação de PC/MULTI/IFR que se propõe este TR se refere a 10 (dez) vagas, porém 2 (dois) dos alunos previstos já possuem o curso teórico.

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de CAPACITAÇÃO EM AVIAÇÃO CIVIL.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.
- 1.6. A separação do objeto da licitação em sete itens objetiva, tão somente, segmentar de forma ordenada os requisitos estabelecidos pela autoridade aeronáutica para formação de Piloto Comercial de Avião demonstrando as etapas descritas pressupostas de outras para a consecução das licenças PCA - IFR-MLTE.
- 1.7. Em que pese haver a possibilidade de fracionar o objeto da contratação em grupos e itens distintos justifica-se o agrupamento dos itens para adjudicação em grupo, primeiramente em razão do treinamento teórico ter natureza obrigatória e ser pré-requisito para a realização do curso prático além de licitações passadas ter se mostrado frustrada a tentativa de contratação do curso teórico de forma individualizada.
- 1.8. Acrescente-se ainda que a inclusão dos itens 2 a 7, referentes a parte prática, no mesmo grupo foi realizado por questões de economicidade e celeridade administrativa. Acaso se optasse pela adjudicação individual dos itens, e houvesse mais de um licitante declarado vencedor, o deslocamento de servidores a mais de uma Escola de Aviação geraria custos adicionais, além de acarretar solução de descontinuidade das etapas a serem cursadas, consequenciando-se prejuízo financeiro, didático e logístico à Administração.
- 1.9. Ressalte-se que, de acordo com o normativo que rege a matéria, os quantitativos de horas/voo necessários à formação PCA - IFR-MLTE sofrem majoração caso haja intervalo entre as fases a serem cursadas - RBAC nº 61, 61.101 (a), 1, (i), (A) 7385980.
- 1.10. Assim por medida de eficiência administrativa e por se tratar de serviços inter-relacionados, o agrupamento dos itens mostra-se economicamente vantajoso para a Administração. Além disso, é conveniente que tais serviços tenham um gerenciamento centralizado, de modo a evitar que o eventual fracasso da contratação de qualquer um dos itens, comprometa toda a contratação, acarretando sérios prejuízos à Administração e descontinuidade da capacitação dos servidores.
- 1.11. Por essas razões, **não haverá parcelamento** do objeto, sendo os itens descritos licitados em um único grupo, pois essa é a melhor forma de administrar o contrato a ser celebrado e possibilitará condições mais vantajosas à Administração, nos termos do art. 3º, § 3º da Instrução Normativa nº 002/2008-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008 (IN 02/2008).

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a Contratação de Escola Homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para ministrar curso de formação de pilotos visando a qualificação de 10 (dez) Policiais Federais para a obtenção de Licença de Piloto Comercial de Avião (PCA) com habilitação em voo por instrumentos (IFR) e habilitação em aeronaves multimotores (MLTE) de acordo com as exigências no regulamento RBAC nº 61 7385980 [ANAC | RBAC nº 61 EMENDA nº 07 - LICENÇAS,](#)

4.	DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
4.1.	Trata-se de serviço comum, de caráter não continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
4.2.	Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
4.3.	A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
5.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
5.1.	Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
5.1.1.	Da Capacitação Técnica para Contratação
5.1.1.1.	A empresa contratada deverá: <div><div>a) possuir registro ou inscrição na Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, de forma a comprovar o seu vínculo com a atividade aeronáutica;</div><div>b) ser qualificada como CTAC - Centro de Treinamento de Aviação Civil apta para o fornecimento do objeto licitado;</div><div>c) apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.</div></div>
5.2.	Os cursos teóricos (inclusive os Treinamentos de solo - GroundSchool) e treinamento de voo devem estar qualificados junto à ANAC.
5.3.	Os serviços descritos serão tratados como de natureza não continuada, sendo vedada a prorrogação do contrato firmado, que terá, como vigência, 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.
6.	MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
6.1.	O serviço de capacitação objeto do presente instrumento compreende a execução de treinamento para a Habilitação Técnica de servidores policiais federais em aviação civil (Piloto Comercial de Avião).
6.2.	O treinamento deve ter homologação da ANAC e possuir o seguinte conteúdo, POR PILOTO:
6.3.	Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA) - Item 01
6.4.	O curso teórico deverá ser homologado pela ANAC, com carga horária de no mínimo 320 (trezentos e vinte) horas, em conformidade com o RBAC nº 61 (ANAC), RBAC 141, com a Grade Curricular e com o Plano de Matérias do Manual de Curso de Piloto Comercial de Avião regulado pela NMSA 58-61 e com base no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA 91, em conformidade com o disposto no item 1 do objeto do presente Termo.
6.5.	O curso deve estar disponível para os alunos a partir da assinatura do contrato.
6.6.	A contratada deverá fornecer todo o material individual necessário à execução dos cursos teóricos incluindo, no mínimo:
6.7.	Material didático (apostilas, cartas, livros que sejam necessários, podendo ser em plataforma digital) de todas as disciplinas necessárias a completa instrução para habilitar o aluno a realizar o exame de banca da ANAC; Computador de voo para auxiliar nos cálculos de navegação. Ao final do curso o material será propriedade do Aluno para estudo continuado.
6.8.	Curso Prático de Piloto Comercial de Avião (PCA/MLTE/IFR)
6.8.1.	O curso prático Piloto Comercial de Avião deverá ser homologado pela ANAC e, por questão de logística, poderá ser realizado fora de Brasília-DF, uma vez que a evolução do curso prático depende de maior estrutura, disponibilidade de aeronaves e manutenção local dessas aeronaves.
6.8.2.	Deverá estar em conformidade com o RBAC nº 61, SUBPARTE E – Licença de Piloto Comercial (ANEXO), do RBAC nº 141 e supletivamente com o Manual de Curso de Piloto Comercial de Avião com base na NMSA 58-61 (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica – RBHA):
6.8.3.	Curso teórico (GroundSchool) relativo à aeronave a ser utilizada na instrução, ministrado aos pilotos indicados e destinado à familiarização com a aeronave a ser empregada no treinamento de voo, devendo envolver o estudo dos sistemas e componentes da aeronave tais como: estrutura, motorização, sistema elétrico, sistema de combustível, sistema de lubrificação, rotores, transmissão, comandos de voo, painel de instrumentos, procedimentos normais, anormais e de emergência previstos e aspectos relativos ao seu manual de voo.
6.8.4.	Cada aluno deverá estar habilitado como piloto privado (PP) e deve possuir Certificado Médio Aeronáutico (CMA) de 1ª Classe, sendo necessário efetuar o treinamento prático de voo incluindo, pelo menos:
6.8.5.	Um total de 150 (cento e cinquenta) horas de voo , se estas foram efetuadas, em sua totalidade, durante a realização completa, ininterrupta e com aproveitamento de um curso de piloto comercial de avião aprovado pela ANAC.
6.8.6.	Além dessas 150 (cento e cinquenta) horas deverá estar previsto 02 (duas) horas necessárias para o voo de avaliação e validação de PC/MULTI/IFR em aeronave multimotora;
6.8.7.	As horas utilizadas para adaptação e voo de avaliação não entram no cômputo das horas referidas no item 6.8.5.
6.8.8.	Sendo assim, deverá ser considerado o seguinte para o cômputo das 150 (cento e cinquenta) horas:
6.8.9.	O total de horas referidas no item 6.8.5 já considera o mínimo necessário da formação de piloto privado (45 horas) já contratado.
6.8.9.1.	No mínimo 70 (setenta) horas de voo como piloto em comando em aeronave , se estas foram efetuadas, em sua totalidade, durante a realização completa, ininterrupta e com aproveitamento de um curso de piloto comercial de avião aprovado pela ANAC, conforme programa estabelecido pela RBAC 61, porém, é necessário adicionar mais 15 (quinze) horas para complementar o mínimo de 150 horas totais:
6.8.9.2.	Das horas contempladas no item 6.8.9.1, deverão ser executadas no mínimo: <div><div>a) 79 (setenta e nove) horas de voo em aeronave triciclo homologada para voo visual (VFR);</div><div>b) 01 (uma) hora em duplo comando para voo de adaptação VFR noturno em aeronave monomotor homologada para voo por instrumentos (IFR);</div><div>c) 5 (cinco) horas de voo em comando noturno em que sejam realizadas 5 (cinco) decolagens e 5 (cinco) aterrissagens como piloto em comando em aeronave monomotor homologada IFR;</div></div>
6.8.9.3.	Para a habilitação em voos por instrumento (IFR) deverão ser executadas 40 (quarenta) horas de voo por instrumentos, das quais um máximo de 20 (vinte) horas podem ser realizadas em dispositivo de treinamento para simulação de voo qualificado e aprovado pela ANAC e sob a supervisão de um instrutor de voo devidamente qualificado e habilitado.
6.8.9.4.	Das 20 (vinte) horas de voo citada no item 6.8.9.3, deverão ser executadas no mínimo: <div><div>a) 08 (oito) horas em aeronave MNTE homologada para voo por instrumento com 02 (duas) horas de adaptação, e;</div><div>b) 12 (doze) horas de instrução de voo em avião classe multimotor que incluam, pelo menos, 2 (duas) horas de voo em avião do mesmo fabricante e modelo do avião a ser usado no exame de proficiência, acrescido de 01 (uma) hora para adaptação e 02 (duas) horas para voo exame de proficiência de Piloto Comercial (PC) com habilitação de voo por instrumento (IFR) e classe multimotor/monomotor terrestre MLTE/MNTE;</div><div>c) 25 (vinte e cinco) horas de voo em dispositivo simulador homologado pela ANAC para instrução IFR.</div></div>
6.9.	O curso teórico, o treinamento de integração aos sistemas, a instrução sobre planejamento, as avaliações de voo e os demais treinamentos necessários deverão ser executados com carga horária que não exceda 08 (oito) horas diárias;
6.10.	Os prazos previstos para execução dos serviços poderão ser aumentados, com a concordância da CAOP/DIREX/PF, nos casos supervenientes e de força maior, desde que devidamente justificado pela empresa;
6.11.	A execução dos serviços será iniciada tão logo se julgue oportuno pela Administração, sendo pré-requisito para a frequência nos cursos a serem contratados a licença de Piloto Privado de Avião dos servidores selecionados.
7.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
7.1.	Por se tratar de contratação de serviço na modalidade de curso, os servidores serão indicados pela Coordenação da CAOP/DIREX/PF.
7.2.	A gestão do contrato ocorrerá pelo referido fiscal e gestor do contrato no decorrer do fornecimento dos serviços (cursos), aplicando os limites da Lei 8.666/93, de acordo com os contantes no termo deste instrumento.
7.3.	Os pagamentos serão efetuados pelo somatório unitário da quantidade de itens executados integralmente;
7.4.	Devido à necessidade de conclusão do curso com os critérios mínimos estabelecidos, não haverá previsão de pagamento proporcional, salvo alguma sanção administrativa aplicada;
7.5.	Considera-se entre a possibilidade de sanção, glosa decorrente de atrasos da contratada, gerando ônus ou prejuízo à Administração Pública, conforme critérios estabelecidos no item referente às sanções administrativas.

7.6.	Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
7.7.	O serviço será prestado por unidade, com a emissão do respectivo certificado após o curso para o item 01, apto ao registro nos órgãos de controles e emissão das permissões definidas no Termo de Referência;
7.8.	O serviço compreende curso com a carga horária mínima estabelecida conforme homologação do Centro de Treinamento na ANAC;
7.9.	O curso deverá proporcionar os conhecimentos exigidos para a execução das atividades correspondentes à certificação, individualmente, conforme valor unitário contratado;
7.10.	Cada participante informará o cumprimento da carga horária mínima exigida, tanto a teórica como a prática, além da adequação dos equipamentos utilizados, para fins de aferição dos serviços prestados.
7.11.	Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
7.11.1.	Homologação pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). A empresa deve demonstrar a referida acreditação para a assinatura contratual;
7.11.2.	A contratada deve possuir corpo docente de instrutores com habilitações válidas e quantidade suficiente para atender a demanda de 10 alunos visando prestar uma instrução adequada;
7.11.3.	Os serviços constantes neste instrumento serão realizados integralmente na estrutura da empresa contratada, conforme previsto neste termo de referência.
8.	MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS
8.1.	Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar <u>todos os materiais didáticos individuais necessários à execução dos serviços de instrução, arcando com todos os ônus decorrentes, conforme disposto no tópico 1 do presente instrumento.</u>
9.	INICIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
9.1.	A execução dos serviços será iniciada após a publicação do Extrato do Contrato no Diário Oficial da União, devendo a Contratada aguardar a indicação dos policiais designados para o curso, bem como a data de apresentação, que serão apresentados através de comunicação oficial emitida pela Coordenação de Aviação Operacional – CAOP/DIREX/PF, em até 45 dias após a publicação.
9.2.	O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União.
10.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
10.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
10.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
10.3.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
10.4.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
10.5.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
10.6.	Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
10.7.	Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
10.8.	Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
10.9.	Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
10.10.	Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
10.11.	Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
10.12.	Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
10.13.	Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
10.14.	Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
11.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
11.1.	Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
11.2.	Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
11.3.	Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
11.4.	Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
11.5.	Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
11.6.	Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
11.7.	Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
11.8.	Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
11.9.	Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
11.10.	Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
11.11.	Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.12.	Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
11.13.	Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
11.14.	Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
11.15.	Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
11.16.	Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
11.17.	Os serviços deverão ser efetuados de acordo com as normas e padrões da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), bem como de toda legislação aplicável;
11.18.	Todos os custos com relação às instalações onde serão ministrados os cursos teórico e prático serão de inteira responsabilidade da Contratada;
11.19.	Apresentar toda a documentação necessária à ANAC para a realização do exame de proficiência pelos pilotos.
12.	DA SUBCONTRATAÇÃO
12.1.	É permitida a subcontratação do objeto, até o limite de 20 % (vinte por cento) do valor total do contrato.
12.2.	É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
12.3.	A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

12.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.5. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.12. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.17. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

14.18.1. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Coordenador da CAOP, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes;

14.18.2. O atesto das Notas Fiscais/Faturas relativas aos serviços executados caberá ao fiscal, titular ou substituto, designado para este fim ou, em caso de impedimento, ao Coordenador da CAOP.

14.19. Todos os atos de controle e fiscalização da execução do objeto terão como critério o disposto nos normativos vigentes da Agência Nacional de Aviação Civil

14.19.1. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.19.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplimento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

15.6. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.7. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.11. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.12. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.13. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.14. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

- 15.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.17. Os serviços serão recebidos definitivamente após a conclusão do curso teórico (currículo de solo) e do treinamento prático (currículo de voo) (com a devida emissão dos certificados de conclusão) e do referido exame de proficiência realizado por examinador credenciado ou INSPAC (com a emissão da FAP - ficha de avaliação), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 15.17.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 15.17.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).
- 15.18. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.
- 15.18.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 15.18.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

- 16. DO PAGAMENTO**
- 16.1. Em decorrência do curso prático de PC/IFR/MLTE ser mais longo e dispendioso para a empresa, e, para corroborar com exequibilidade do contrato, o pagamento será realizado a cada cumprimento de 10 (dez) horas de voo de instrução devidamente atestado;
- 16.2. Os 30% restantes das horas de voo serão pagos após a expedição da Licença de Piloto Comercial com Habilitação de IFR e MNTE/MLTE;
- 16.2.1. Os 30% se referem a
- 16.3. O curso teórico será pago após a conclusão de cada aluno devidamente atestado;
- 16.4. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 16.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência
- 16.4.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 16.4.5.1. 16.1.5.1. o prazo de validade;
- 16.4.5.2. a data da emissão;
- 16.4.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 16.4.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 16.4.5.5. o valor a pagar; e
- 16.4.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.4.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 16.4.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 16.4.8. não produziu os resultados acordados;
- 16.4.9. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.4.10. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.4.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.4.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.4.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 16.4.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.4.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.4.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 16.4.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.4.18. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.4.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 16.4.20. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.4.21. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = 0,00016438		
I = (TX)	I = ((6 / 100) / 365)	TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 17. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, por tratar-se de ação de capacitação em aviação civil, cujo pagamento se dará após a execução unitária dos itens licitados.

18.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 18.1.

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 18.1.1.

inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2.

ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3.

falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4.

comportar-se de modo inidôneo; ou
- 18.1.5.

cometer fraude fiscal.
- 18.2.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 18.3.

Advertência por escrito,quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 18.4.

Multa de:
- 18.4.1.

0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 18.4.2.

0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 18.4.3.

0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 18.4.4.

0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 18.4.5.

0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 18.5.

as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 18.6.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 18.7.

Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 18.8.

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 18.9.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 18.10.

As sanções previstas nos subitens 18.11, 18.12, 18.13 e 18.14 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 18.11.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 18.12.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 18.13.

tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 18.14.

tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 18.15.

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 18.16.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.17.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 18.18.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 18.19.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.20.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 18.21.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.22.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 18.23.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
19.1.	Não se aplica o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme já justificado com a necessidade de unidade na solução.
19.2.	As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
19.3.	Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
19.4.	Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles discriminados aos tópicos 5 a 7 do presente instrumento, além da homologação prevista ao tópico 1.
19.5.	Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
19.6.	Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
19.7.	O critério de julgamento da proposta será o menor preço global observando o preço unitário de referência de cada item.
19.8.	As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
20.	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
20.1.	É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
20.2.	A CONTRATADA deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
20.3.	A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação;
20.4.	A CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber.
20.5.	Os objetos utilizados pela contratada devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
21.	ESTIMATIVA DE PREÇOS E REFERENCIAIS
21.1.	O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo, constante ao tópico 1 do presente instrumento.
21.2.	Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de mercado, tomando-se por base a acreditação de Centros de Treinamento em Aviação Civil junto à ANAC.
22.	DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
22.1.	Os recursos orçamentários a serem empregados na presente contratação serão aqueles descentralizados à UG 200334, para contratações de custeio das atividades da Coordenação de Aviação Operacional.
23.	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E LEGISLAÇÃO PERTINENTE
23.1.	Regulamento Brasileiro de Aviação Civil 61 (RBAC 61) - ANAC: Sei Nº 7385980
23.2.	Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica 91 (RBHA 91) - ANAC: SEI nº 7385986
23.3.	Instrução de Serviço - IS IS 61 Manual do Curso IFR 7386002

FABIO SILVA DE ARAUJO
Agente de Polícia Federal

Aprovo o presente Termo de Referência:

GUSTAVO HENRIQUE PIVOTO JOÃO
Delegado de Polícia Federal
Coordenador Substituto de Aviação Operacional

APROVAÇÃO: Aprovo o presente Termo de Referência por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como estimativa de custos da contratação.

DISNEY ROSSETI
Delegado de Polícia Federal
Diretor Executivo

ANEXO I
MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a eficiência e a efetividade do serviço a ser prestado
Meta a cumprir	Ministrar curso de formação de pilotos visando à qualificação de 10 (dez) Policiais Federais para a obtenção de Licença de Piloto Comercial de Avião (PCA) com habilitação em voo por instrumentos (IFR) e habilitação em aeronaves multimotores (MLTE) de acordo com as exigências no regulamento RBAC nº 61 7385980 ANAC RBAC nº 61 EMENDA nº 07 - LICENÇAS, HABILITAÇÕES E CERTIFICADOS PARA PILOTOS. (SUBPARTE E - LICENÇA DE PILOTO COMERCIAL 61.91 - 61.105) , ANAC INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS nº 61-002 REVISÃO D (Manual do Curso Prático de Voo por Instrumentos - IFR) ; RBAC-141 ; ANAC Manual do Piloto Comercial ; Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 091 7385986, no item 91.957. (RBHA Nº 91) , subparte K – Operações Aéreas de Segurança Pública e/ou Defesa Civil e exigências estabelecidas neste instrumento.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço (solicitação via e-mail ou telefone)
Forma de acompanhamento	Presencial, pelos servidores designados para o treinamento
Periodicidade	(curso a ser realizado de forma unitária pelos servidores, conforme etapas pressupostas umas das outras)
Mecanismo de Cálculo	Cada OS será verificada e valorada individualmente por unidade de atendimento

Início da Vigência	Data da publicação do contrato no D.O.U.
Faixa de ajuste no pagamento	<p>Faixa 1: de 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura;</p> <p>Faixa 2: de 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura;</p> <p>Faixa 3: de 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura;</p> <p>Faixa 4: de 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura;</p> <p>Faixa 5: 9 ou mais ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura.</p>
Sanções	Poderão ensejar rescisão contratual, a exclusivo critério da CONTRATANTE, as seguintes situações, sem prejuízo dos ajustes de pagamentos ou sanções previstas: a) a existência de 9 (nove) ou mais ocorrências em um único mês; b) a existência de 5 a 6 ocorrências mensais por seis vezes.
Observações	

TABELA I - FATORES DE AVALIAÇÃO PARA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS NO MÊS
1	Executar serviços fora dos padrões de qualidade e quantidade contratados e não corrigi-los no prazo determinado pelo RESPONSÁVEL. (Por serviço inadequado).	
2	Não executar o serviço no prazo estabelecido ou em prazo razoável a depender da situação de exceção no momento.	
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO ou abandoná-lo, sem motivo justificado ou determinação formal. (Por serviço não executado ou abandonado).	
4	Negligência na execução dos serviços, assim entendidos ausências de responsável para execução do serviço, desatenção quanto às atividades e normas, falta de urbanidade no trato interpessoal e outras situações análogas. (Por ocorrência).	
5	Não fornecer no prazo equipamento, EPI, para a realização do serviço ou não substituir quando necessário. (por serviço)	
6	Não providenciar substituição tempestiva de quaisquer ausências do responsável pelo serviço por absenteísmo. (Por unidade do serviço)	
7	Deixar de encaminhar à CONTRATANTE, ao fim do mês de prestação dos serviços, a documentação necessária para o pagamento e comprovação do serviço prestado.	
8	Deixar de atender as notificações da contratante no prazo estabelecido, incluindo-se neste caso a disponibilidade do preposto. (Por serviço solicitado).	
9	Deixar de manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.	

